

[Institucional \(/rcc/institucional\)](#) [Para Empresas \(/rcc/paraEmpresa\)](#) [Para Você \(/rcc/paraVoce\)](#) [Gratuidade \(/rcc/gratuidade\)](#)[Loja Online \(https://lojaonline.riocardmais.com.br/#/principal\)](https://lojaonline.riocardmais.com.br/#/principal) [Recarga Mais \(https://recargamais.riocardmais.com.br/\)](https://recargamais.riocardmais.com.br/)[Clube Riocard Mais \(https://cluberiocard.ecobonuz.com/public/landing\)](https://cluberiocard.ecobonuz.com/public/landing)<https://www.cartaoriocard.com.br/rcc/institucional>

> Tarifas

Confira abaixo os valores das tarifas vigentes:

Taxa pela não devolução do cartão ou emissão de 2º via	Sete vezes o valor da tarifa dos ônibus municipais do Rio de Janeiro	R\$	30,10
--	--	-----	-------

Ônibus	R\$	4,30
--------	-----	------

BRT	R\$	4,30
-----	-----	------

VLT	R\$	4,30
-----	-----	------

Trem	R\$	7,40
------	-----	------

Tarifas Integrais de Transportes do Rio de Janeiro

Metrô	R\$	6,90
-------	-----	------

Vans Municipais	R\$	4,30
-----------------	-----	------

Barcas	R\$	7,70
--------	-----	------

Barcas (Charitas)	R\$	21,00
-------------------	-----	-------



www.LeisMunicipais.com.br

versão consolidada, com alterações até o dia 16/01/2023

DECRETO RIO Nº 51.889, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022

Reajusta para o ano de 2023 o valor da tarifa de remuneração e do Indicador de Receita por Quilômetro - IRK a ser aplicado no Serviço Público de Transporte Passageiros por Ônibus - SPPO-RJ, em conformidade com o acordo judicial celebrado nos autos da Ação Civil Pública nº 0045547-94.2019.8.19.0001, e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o inciso III do art. 12-C da Lei Complementar nº 37, de 14 de julho de 1998, com a redação que lhe foi conferida pela Lei Complementar Municipal nº 237, de 2 de dezembro de 2021, o qual determina que a fixação e as revisões ordinárias das tarifas de remuneração da prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros do Município competem ao Poder Concedente;

CONSIDERANDO que o acordo judicial firmado em 19 de maio de 2022 entre o Município do Rio de Janeiro, o Ministério Público e os Consórcios Intersul, Transcarioca, Internorte e Santa Cruz de Transportes nos autos da Ação Civil Pública nº 0045547-94.2019.8.19.0001 (fls. 23166-23168) prevê que o reajuste da tarifa de remuneração será calculado conforme a fórmula paramétrica estipulada nos contratos de concessão antes de quaisquer alterações contratuais;

CONSIDERANDO que no acordo firmado em 19 de maio de 2022 entre o Município do Rio de Janeiro e os Consórcios Intersul, Transcarioca, Internorte e Santa Cruz de Transportes nos autos da Ação Civil Pública nº 0045547-94.2019.8.19.0001 (fls. 23169-23174) foi calculada na Cláusula 2 a tarifa de remuneração fixada em R\$ 5,80 (cinco reais e oitenta centavos), mediante aplicação da fórmula paramétrica prevista nos contratos de concessão, e que foi calculado na Cláusula 5.2 o Indicador de Receita por Quilômetro - IRK fixado em R\$ 7.07 (sete reais e sete centavos);

CONSIDERANDO que o acordo judicial firmado em 19 de maio de 2022 entre o Município do Rio de Janeiro, o Ministério Público e os Consórcios Intersul, Transcarioca, Internorte e Santa Cruz de Transportes nos autos da Ação Civil Pública nº 0045547-94.2019.8.19.0001 (fls. 23166-23168), em conformidade com o art. 12-B da Lei Complementar Municipal nº 37, de 14 de julho de 1998, com a redação que lhe foi conferida pela Lei Complementar Municipal nº 237, de 2 de dezembro de 2021, prevê a hipótese de pagamento de subsídio tarifário a operador do serviço público de transporte coletivo, em conformidade com a Política Nacional de Mobilidade Urbana;

CONSIDERANDO a Cláusula 7.2 do acordo firmado entre o Município do Rio de Janeiro e os Consórcios Intersul, Transcarioca, Internorte e Santa Cruz de Transportes nos autos da Ação Civil Pública nº 0045547-

94.2019.8.19.0001 (fls. 23169-23174), o qual estabelece as variáveis a serem levadas em consideração quando da readequação do valor do subsídio tarifário;

CONSIDERANDO o poder-dever do Município do Rio de Janeiro de incentivar, promover e assegurar a prestação adequada do serviço público de transporte coletivo de passageiros, mediante constante aperfeiçoamento técnico, tecnológico e operacional dos serviços, com elevados níveis de qualidade, eficiência, cortesia na sua prestação e modicidade tarifária;

CONSIDERANDO a obrigação assumida pelos Consórcios Intersul, Transcarioca, Internorte e Santa Cruz de Transportes de climatizar os veículos empregados no serviço público de transporte coletivo de passageiros por ônibus no Município do Rio de Janeiro, nomeadamente a CLÁUSULA SEGUNDA do Termo de Conciliação firmado com o Município do Rio de Janeiro em 24 de maio de 2018, na qual os consórcios se obrigaram, de forma improrrogável, a climatizar a totalidade da frota de ônibus urbanos até 31 de setembro de 2020;

CONSIDERANDO que o incremento da frota de veículos empregados no serviço público de transporte coletivo de passageiros por ônibus é condição necessária para cumprimento das metas de quilometragem total a serem estipuladas pelo Município do Rio de Janeiro em conformidade com o item 10 do acordo judicial firmado entre o Município do Rio de Janeiro, o Ministério Público e os Consórcios Intersul, Transcarioca, Internorte e Santa Cruz de Transportes nos autos da Ação Civil Pública nº 0045547-94.2019.8.19.0001, DECRETA:

Art. 1º Fica fixada em R\$ 6,20 (seis reais e vinte centavos) a tarifa de remuneração das concessionárias do Serviço Público de Passageiros por Ônibus - SPPO-RJ, a vigorar a partir do dia 1º de janeiro de 2023.

§ 1º O valor nominal da tarifa de remuneração de que trata o caput foi calculado mediante aplicação da fórmula paramétrica prevista nos Contratos de Concessão nº 01/2010, 02/2010, 03/2010 e 04/2010, utilizando-se os índices até novembro de 2022.

§ 2º O subsídio tarifário corresponderá à diferença a menor entre o valor monetário da tarifa de remuneração da prestação do serviço de transporte público coletivo municipal e a tarifa pública do usuário após conversão de remuneração por passageiro em remuneração por quilômetro, conforme metodologia constante do acordo firmado em 19 de maio de 2022 entre o Município do Rio de Janeiro e os Consórcios Intersul, Transcarioca, Internorte e Santa Cruz de Transportes nos autos da Ação Civil Pública nº 0045547-94.2019.8.19.0001 (fls. 23169-23174).

Art. 2º Fica fixado em R\$ 9,17 (nove reais e dezessete centavos) o Indicador de Receita por Quilômetro - IRK, a vigorar a partir do dia 1º de janeiro de 2023.

~~Parágrafo único. O valor da remuneração por quilômetro correspondente ao subsídio tarifário a ser pago às concessionárias do SPPO-RJ, ao longo dos 12 (doze) meses do ano de 2023, será de R\$ 3,18 (três reais e dezoito centavos), em conformidade com o acordo firmado, em 19 de maio de 2022, entre o Município do Rio de Janeiro e os Consórcios Intersul, Transcarioca, Internorte e Santa Cruz de Transportes nos autos da Ação Civil Pública nº 0045547-94.2019.8.19.0001 (fls. 23169-23174).~~

Parágrafo único. O valor da remuneração por quilômetro correspondente ao subsídio tarifário a ser pago às concessionárias do SPPO-RJ, ao longo dos 12 (doze) meses do ano de 2023, será de R\$ 2,81 (dois reais e oitenta e um centavos), em conformidade com o acordo firmado, em 19 de maio de 2022, entre o Município do Rio de Janeiro e os Consórcios Intersul, Transcarioca, Internorte e Santa Cruz nos autos da Ação Civil Pública nº 0045547-94.2019.8.19.0001. (Redação dada pelo Decreto nº 51915/2023)

Art. 3º As concessionárias do SPPO-RJ deverão operar com ar condicionado ligado e em bom estado de manutenção em todos os veículos licenciados com o referido equipamento, em conformidade com